

**O LIVRO DIDÁTICO:  
UMA ANÁLISE REFLEXIVA**

*Leila Alves Vargas* (UENF)

[leilhaalves@yahoo.com.br](mailto:leilhaalves@yahoo.com.br)

*Kamila Teixeira Crisóstomo* (UENF)

[kamila18bj@gmail.com](mailto:kamila18bj@gmail.com)

*Maria Eugênia Totti* (UENF)

*Bruna Moraes Marques* (UENF)

[brunatombos@hotmail.com](mailto:brunatombos@hotmail.com)

**RESUMO**

O livro didático é um dos recursos pedagógicos mais utilizados por professores e alunos, tanto em instituições públicas quanto privadas de ensino. Sua relevância é tamanha, que justifica a existência de um programa do Governo Federal destinado à discussão, escolha e aquisição desta ferramenta educacional, o Programa Nacional do Livro Didático. Diante de tal importância, o objetivo do presente artigo é discutir questões relacionadas aos aspectos históricos do livro didático no Brasil, do programa ao qual ele está inserido e da importância de sua utilização como uma ferramenta de apoio na sala de aula, bem como de um recurso complementar para as aulas de quaisquer disciplinas.

**Palavras-chave:** Livro didático. Recurso pedagógico. Ensino.

**1. Introdução**

Há sempre a necessidade de análise e reflexão sobre diferentes questões que envolvem desde o uso do livro didático na sala de aula até suas características em particular. E, para falarmos sobre qualquer assunto referente a esse material didático, não há como não discutirmos sobre alguns aspectos relativos à sua escolha nas escolas públicas de todo o Brasil, além das políticas públicas que o envolvem. Nas últimas décadas, juntamente com inúmeras discussões referentes à educação, o livro didático vem ganhando merecido destaque devido a sua importância no processo de ensino-aprendizagem e ampla utilização na sala de aula.

A importância desse material didático se confirma frente às políticas públicas de grande relevância, debatidas pelo Programa Nacional do Livro Didático. Desta forma, neste primeiro capítulo desta dissertação, faremos um breve histórico do livro didático no Brasil, enfatizando aspectos legais, sociais e políticos que envolvem sua escolha e adoção. Mais adiante, em outro capítulo, abordaremos questões individuais rela-

tivas ao livro didático de ciências, com o objetivo de melhor embasar nossa discussão neste trabalho.

O livro didático constitui-se, dessa forma, de acordo com pesquisas recentes (FREITAG et al., 1987; LAJOLO, 1996), como um dos mais importantes materiais e instrumentos pedagógicos utilizados por professores em sua práxis. Nesse contexto, faz-se necessário destacar, de forma breve, alguns pontos históricos e políticas relacionadas ao livro didático, tendo como embasamento alguns períodos distintos da história brasileira.

## **2. Breve histórico dos programas oficiais do livro didático no Brasil**

O livro didático, segundo Bárbara Freitag e seus colaboradores, em um de seus estudos realizado no ano de 1987, não tem uma história bem definida no Brasil. Segundo estes autores:

Sua história não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade (partidos, sindicatos, associações de pais e mestres, associações de alunos, equipes científicas, etc.). Essa história da seriação de leis e decretos somente passa a ter sentido, quando interpretada à luz das mudanças estruturais como um todo, ocorridas na sociedade brasileira, desde o Estado Novo até a Nova República. (FREITAG et al., 1987, p. 5)

Desta forma, os livros não possuíam uma história própria, mas ligada a outras histórias e também como um espelho, refletindo as mudanças políticas e econômicas do cenário brasileiro, sendo considerado um instrumento político-ideológico, sob a censura do Estado. Desta maneira, só era permitido que fossem abordados nos livros didáticos, assuntos aprovados pelo governo, que os “censurava”, se não estivessem em consonância com suas normas e interesses.

A partir da década de 1930, o Brasil começou a desenvolver políticas educacionais mais expressivas, dentre as quais a do livro didático. Segundo Freitag et al. (1987, p. 5), é “a partir desse período que se desenvolve, no Brasil, uma política educacional consciente, progressista, com pretensões democráticas e aspirando a um embasamento científico”.

O processo de implantação do uso do livro didático na escola teve início a partir da revolução de 1930 e, a partir de 1937, o Estado Novo propõe as primeiras políticas voltadas para a divulgação e distribuição de livros para fins didáticos, consolidando a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura

(MEC), que tinha por objetivo “planejar as atividades relacionadas com o livro didático e estabelecer convênios com órgãos e instituições que assegurassem a produção e distribuição do livro didático”. (FREITAG et al., 1987, p. 6)

Ao longo dos anos, as políticas públicas e a relação entre o Estado e o livro didático foram passando por diferentes fases. Em 30 de dezembro de 1938, com o Decreto-Lei nº 1.006, foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que tinha por finalidade estabelecer as condições para a produção, importação e utilização do livro didático no Brasil (HOFLING, 2000). Esse decreto estabelecia o conceito de livro didático. Esta definição encontra-se com a seguinte definição no Decreto-lei:

Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Ainda nesse decreto, em seu art. 9º, foi instituída a comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), “estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País.” Essa comissão era composta por sete membros designados pela presidência da República. Em 1945, no Decreto-Lei nº 8.460, foram consolidadas as condições de produção, importação e utilização do livro didático, atribuindo assim ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos, conforme definido no art. 5º. (BRASIL, 2014)

Na década de 1960, foram assinados vários acordos entre os governos brasileiro e americano (MEC/USAID) e, em um desses acordos, foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), com o intuito de fornecer cerca de 51 milhões de livro didático gratuitamente aos estudantes brasileiros, em um período de três anos. Todavia, alguns críticos da educação brasileira viam nessa parceria uma forma de o governo americano controlar, de certa forma, especialmente o mercado do livro didático, tendo também um controle ideológico sobre os mesmos, uma vez que eram responsáveis por detalhes importantes na fabricação dos livros, como elaboração, ilustração e distribuição das obras. (FREITAG et al., 1987)

A COLTED foi extinta em 1971, na ocasião em que foi criado o

Programa do Livro Didático (PLD), de acordo com o Decreto nº 68.728/71. No mesmo ano, o Instituto Nacional do Livro (INL) passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). No ano de 1976, o governo assumiu a compra de boa parcela dos livros para distribuir em parte das escolas públicas. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) tornou-se responsável pela execução do programa do livro didático. (BRASIL, 2014).

No ano de 1980, foram criados o PLIDEM e PLIDESU (Programa do Livro Didático – Ensino Médio e Programa do Livro Didático – Supletivo, respectivamente), no qual o principal objetivo era "colaborar no desempenho da política governamental e cultural do país, dando assistência ao alunado carente de recursos financeiros" (BRASIL, 1980, p. 1). Autoras como Freitag, Costa e Mota (1989) chamam a atenção para o fato de que as políticas voltadas para o livro didático no Brasil vieram com a intenção do Estado de mitigar as diferenças socioeconômicas que existiam no país.

Dando prosseguimento às ações políticas, no ano de 1983, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), substituindo a FENAME. A FAE incorporava o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Destaca-se nessa ocasião que o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos propôs a participação dos professores da rede pública na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das séries do ensino fundamental. (BRASIL, 2014)

Podemos observar que, até o ano de 1983, vários foram os órgãos que ficaram responsáveis por assegurar questões relacionadas à compra e distribuição do livro didático, havendo, portanto, apenas uma “discreta preocupação” com a avaliação de sua qualidade. (TOLENTINO NETO, 2003, p. 5)

Em 1985, ocorreu um grande marco na história da educação brasileira, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático, que veio substituir o PLIDEF, através do Decreto nº 91.542/85, tendo como objetivo estabelecer parâmetros para a avaliação e escolha dos livros didáticos, conforme veremos com mais detalhe no próximo tópico.

Até o ano de 1993, o MEC assumiu como uma de suas metas a melhoria da qualidade dos livros didáticos, tanto no aspecto físico (qualidade do papel, ilustrações, impressão), quanto nas questões que dizem

respeito ao seu conteúdo, suas avaliações de qualidade, que apontavam os livros didáticos a serem distribuídos nas escolas públicas do país, mesmo que esses ainda possuíssem graves erros conceituais (TOLENTINO NETO, 2003; MONTOVANI, 2009). Essa Decenal de Educação para Todos, ao afirmar que

Uma nova política do livro começa a ser formulada [...]. Além dos aspectos físicos do livro, passarão a ser asseguradas a qualidade de seu conteúdo (fundamentação psicopedagógica, atualidade das informações em face do avanço do desenvolvimento da área, adequação ao destinatário, elementos ideológicos implícitos e explícitos) e sua capacidade de ajustamento a diferentes estratégias de ensino adotadas pelos professores. (BRASIL, 1993, p. 25)

A partir de então, estando em vigor o Programa Nacional do Livro Didático e após a divulgação do plano acima referenciado, os livros didáticos adquiridos pelo governo passaram a ter uma maior qualidade, pois eram avaliados por uma comissão de especialistas, que visava sua qualidade física, ideológica, cultural e de conteúdos.

### **3. O Programa Nacional do Livro Didático**

O Programa Nacional do Livro Didático é uma iniciativa do MEC, criado no ano de 1985, que tem por objetivo básico, segundo Batista (2001, p. 7), “a aquisição e a distribuição, universal e gratuita de livros didáticos para os alunos das escolas públicas do ensino fundamental brasileiro”.

De acordo com as interpretações de Helena Holling (2000, p. 159), o Programa Nacional do Livro Didático é “uma estratégia de apoio à política educacional implementada pelo Estado Brasileiro com a perspectiva de suprir uma demanda que adquire caráter obrigatório com a Constituição de 1988”, que determina, em seu art. 208, que:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...)

VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988)

Desta forma, o Programa Nacional do Livro Didático foi um programa idealizado pelo Ministério da Educação com o intuito de administrar não somente a distribuição dos livros didáticos, mas também a sua qualidade física e pedagógica, agora uma grande preocupação do Governo. Segundo Batista (2001), um importante marco foi o Decreto-Lei nº

91.542/85, que estabeleceu parte das características atuais do Programa Nacional do Livro Didático:

A adoção de livros reutilizáveis (exceto para a 1ª série), escolha do livro pelo conjunto de professores, sua distribuição gratuita às escolas e sua aquisição com recursos do Governo Federal. Assumindo essas características o desenvolvimento do programa esteve, desde então, condicionado, entre outros fatores, pelo modo por meio do qual respondeu a dois problemas centrais: a questão da qualidade dos livros que eram adquiridos e a das condições políticas e operacionais do conjunto de processos envolvidos na escolha, aquisição e distribuição desses livros. (BATISTA, 2001, p. 11)

A criação de tal programa, segundo Batista e Rojo (2003, p. 66), trouxe diversas mudanças no cenário educacional brasileiro, tais como:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

A partir de 1994, o MEC passou a implementar medidas com o intuito de avaliar a qualidade dos livros didáticos e não somente a sua aquisição e distribuição. Conforme menciona o Ministro da Educação, na apresentação do documento Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos – 1ª a 4ª séries, de 1994, percebendo a grande necessidade de aquisição de um livro didático mais “inteligente” e mais “competente” aos alunos e professores, promoveu a reunião de um grupo de professores para analisar a qualidade dos conteúdos programáticos e aspectos pedagógico-metodológicos dos livros adequados às séries iniciais do ensino fundamental. (BRASIL, 1994)

Apesar de o Programa Nacional do Livro Didático ter sido criado em 1985, foi a partir de 1995 que o programa começou a vigorar de fato. Segundo Batista:

A partir de 1995, o MEC passou a desenvolver e executar um conjunto de medidas para avaliar *sistemática e continuamente* o livro didático brasileiro e para debater, com os diferentes setores envolvidos em sua produção e consu-

mo, um horizonte de expectativas em relação a suas características, funções e qualidade. (BATISTA, 2001, p. 11)

Até então, o MEC vinha se propondo à aquisição e distribuição dos livros didáticos às escolas públicas, porém, em nenhum momento, ações relativas à qualidade dos livros didáticos eram abordadas. Conforme comenta Batista (2001, p. 11),

Em nenhum momento o Ministério vinha se propondo, direta e sistematicamente, a discutir a qualidade e a correção dos livros que adquiria e que buscava fazer chegar às mãos dos alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental.

Desde meados da década de 1960, estudos e investigações que indagavam sobre a falta de qualidade, a desatualização e até erros grosseiros em livros didáticos utilizados pelas escolas públicas brasileiras, vinham sendo denunciados por pesquisadores da época.

Seu caráter ideológico e discriminatório, sua desatualização, suas incorreções conceituais e suas insuficiências metodológicas. Vinham mostrando, também, que esses livros, muitas vezes de baixa qualidade, terminavam por constituir, para parte significativa da escola brasileira, o principal impresso utilizado por professores e alunos. (BATISTA, 2001, p. 12)

Mesmo sendo sujeito a erros conceituais e metodológicos, o livro didático já era tido como uma das principais, senão a única, fonte de pesquisa, tanto para professores quanto para os alunos, para se embasar os trabalhos e práticas escolares.

Desta forma, a partir do ano de 1993, o Ministério da Educação formou uma comissão avaliadora dos livros didáticos, com duas principais atribuições, a saber: “avaliar a qualidade dos livros mais solicitados ao Ministério e estabelecer critérios gerais para a avaliação das novas aquisições” (BATISTA, 2001 p. 12). A partir de 1995, o Ministério da Educação formou comissões por área de conhecimento, a fim de melhor avaliar a qualidade dos livros didáticos.

As repercussões das análises foram grandes, sendo publicadas em jornais de grande circulação na época, evidenciando a má qualidade dos livros didáticos utilizados pelas escolas públicas brasileiras. As primeiras análises aconteceram em 1996, com as avaliações para o Programa Nacional do Livro Didático, em que os livros didáticos eram avaliados através de categorias. Os resultados das avaliações começaram a ser publicados ainda em 1996, para livros de português, matemática, ciências e estudos sociais das séries primárias do ensino fundamental, para compor o Programa Nacional do Livro Didático de 1997.

Segundo Batista, as categorias seriam:

Excluídos – categoria composta de livros que apresentassem erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceitos ou discriminações de qualquer tipo;

Não recomendados – categoria constituída pelos manuais nos quais a dimensão conceitual se apresentasse com insuficiência, sendo encontradas impropriedades que comprometessem significativamente sua eficácia didático-pedagógica;

Recomendados com ressalvas – categoria composta por aqueles livros que possuísem qualidades mínimas que justificassem sua recomendação, embora apresentassem, também, problemas que, entretanto, se levados em conta pelo professor, poderiam não comprometer sua eficácia;

Recomendados – categoria constituída por livros que cumprissem corretamente sua função, atendendo, satisfatoriamente, não só a todos os princípios comuns e específicos, como também aos critérios mais relevantes da área. (BATISTA, 2001, p. 14)

A partir de 1997, com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a responsabilidade pela política e execução do Programa Nacional do Livro Didático passou totalmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa passou a ser ampliado, levando ao Ministério da Educação a responsabilidade pela aquisição de livros de forma continuada para os alunos da 1ª a 8ª série das disciplinas de alfabetização, ciências, estudos sociais, história e geografia, matemática e língua portuguesa da escola pública. (BRASIL, 2014)

Sendo assim, o MEC continuou suas investigações e análises das coleções didáticas, agora com as obras de 5ª a 8ª séries. Os documentos resultantes desses estudos passaram a receber a denominação de “Guia dos Livros Didáticos”, sendo o primeiro guia de 5ª a 8ª série editado no ano de 1999, seguido de outro em 2002 (LEÃO; NETO, 2003). Dando prosseguimento, o MEC continuou lançando os *Guias dos Livros Didáticos* a cada três anos, em 2005, 2008, 2011 e o último em 2014. (BRASIL, 2014)

De forma gradual, o Programa Nacional do Livro Didático, através do FNDE, vem ampliando seu campo de abrangência. Hoje são distribuídos, além das obras didáticas, dicionários de língua portuguesa e livros didáticos em *braille*, para os portadores de necessidades pedagógicas especiais, além do Programa Nacional do Livro Didático Campo, para escolas com classes multisseriadas, dentre outros recursos.

#### **4. O livro didático como ferramenta de apoio pedagógico na sala de aula**

O livro didático, apesar de suas inúmeras atribuições e discussões no que tange a sua utilização na sala de aula, sua qualidade e rigor científico, ainda é um dos materiais mais utilizados por professores e alunos na sala de aula. Esse material exerce muitas vezes a função de sequenciador e organizador dos conteúdos que serão trabalhados na sala de aula, das atividades e ainda estratégias de ensino que deverão ser desenvolvidas (FREITAG, COSTA & MOTA, 1997), “marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina. (LAJOLO, 1996, p. 4)

Os livros didáticos, também chamados por Chopin (2004) de livros escolares, assumem quatro funções, em relação ao seu papel na sala de aula, que podem variar conforme algumas vertentes, como o ambiente sociocultural, a época, a forma de ensinar e os níveis de ensino. Essas funções são, segundo o autor:

1. Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.

2. Função instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas etc.

3. Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar – e, em certos casos, a doutrinar – as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz.

4. Função documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é

universal: só é encontrada – afirmação que pode ser feita com muitas reservas – em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores (CHOPIN, 2004, p. 553).

Além dessas funções, o livro didático também assume um outro papel, relacionado a formação e atualização docente. Além dos conteúdos programáticos, os livros didáticos trazem em seu conjunto outros textos complementares e também sugestões (no caso dos manuais dos professores), funcionando como uma espécie de ajuda e atualização aos professores e também dos alunos na sala de aula ou fora dela. Dessa forma, Choppin (1992, p. 16, *apud* ROJO, 2005, p. 35) define os manuais ou livros didáticos como:

(...) “utilitários da sala de aula”, ou seja, obras produzidas com o objetivo de auxiliar no ensino de uma determinada disciplina, por meio da apresentação de um conjunto extenso de conteúdos do currículo, de acordo com uma progressão, sob a forma de unidades ou lições, e por meio de uma organização que favorecem tanto usos coletivos (em sala de aula), quanto individuais (em casa ou em sala de aula).

Por sua vez, Lajolo o caracteriza como:

Assim, para ser considerado *didático*, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar. Além disso, o livro didático caracteriza-se ainda por ser passível de uso na situação específica da escola, isto é, de aprendizado coletivo e orientado por um professor. (LAJOLO, 1996, p. 4)

Na concepção de Oliveira, Guimarães e Bomény (1984, p. 111), o livro didático se estabelece como “parte do arsenal de instrumentos que compõem a instituição escolar, parte esta, por sua vez, da política educacional, que se insere num contexto histórico e social”. Desta maneira, o livro didático é o local onde se encontram, de forma organizada, os temas, conhecimentos, as habilidades e os valores que serão mediados pelos professores as futuras gerações de alunos.

Nesse sentido, o rigor da qualidade e a veracidade dos textos, ilustrações e exercícios propostos devem ser levados em consideração nas avaliações do livro didático. Sobre a questão da qualidade de todas as partes que o compõem, Lajolo diz que:

Todos os componentes do livro didático devem estar em função da aprendizagem que ele patrocina. Como um livro não se constitui apenas de linguagem verbal, é preciso que todas as linguagens de que ele se vale sejam igualmente eficientes. O que significa que a impressão do livro deve ser nítida, a encadernação resistente, e que suas ilustrações, diagramas e tabelas devem re-

finar, matizar e requintar o significado dos conteúdos e atitudes que essas linguagens ilustram, diagramam e tabelam. (LAJOLO, 1996, p. 5)

Essa relevância é tamanha que o próprio MEC a justifica, ao ressaltar que “o livro didático, em qualquer disciplina, é um instrumento fundamental (às vezes praticamente o único), do acesso da “criança popular” à leitura e à cultura letrada” (BRASIL, 2006, p. 25). Vale salientar que o termo “criança popular”, segundo o MEC, foi proposto por Paulo Freire para caracterizar as condições socioeconômicas e culturais da maioria das crianças que frequentam a escola pública. (BRASIL, 2006, p. 25)

Apesar do próprio MEC reconhecer que o livro didático, muitas vezes, é o único material de apoio, Lajolo comenta sobre a importância de diversificar o material pedagógico utilizado em sala de aula:

[...] os livros didáticos não devem ser os únicos materiais de que os professores e alunos irão valer-se no processo de ensino-aprendizagem, mas que pode ter muita influência na qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares, especialmente em nossa sociedade, uma vez que no decorrer de sua utilização os livros acabaram determinando conteúdos, condicionando estratégias de ensino e marcando de forma bastante incisiva o que se ensina e como se ensina em nossas escolas. (LAJOLO, 1996, p. 4)

O livro didático pode ser uma ponte entre o saber trazido pelos mesmos e o saber que se traz do mundo. Desse modo, ele assume diferentes papéis para os alunos e para o professor. Se, através dele, o professor organiza, norteia, embasa, desenvolve e avalia seu trabalho pedagógico na sala de aula, por sua vez, para o aluno, ele é um dos elementos determinantes, e por vezes o único, da sua relação com a disciplina. (CARNEIRO; MÓL, 2005, p. 2)

Desta maneira, dada a sua relevância e grande utilização, o livro didático deve ser minuciosamente analisado e complementado pelos professores, visto que muitas vezes é ele quem dita os conteúdos e matérias a serem discutidas na sala de aula. Portanto, cabe ao professor uma análise crítica para uma possível complementação, quando necessária, e ainda especial atenção na hora de sua escolha. Para Lajolo (1996, p. 6):

Assim, a qualidade dos *conteúdos* do livro didático – informações e atitudes – precisa ser levada em conta nos processos de escolha e adoção do mesmo, bem como, posteriormente, no estabelecimento das formas de sua leitura e uso.

Ainda hoje, quase trinta anos depois das constatações feitas por Romanatto (1987), o livro didático continua sendo, em grande parte, o

principal material pedagógico:

O livro didático ainda tem uma presença marcante em sala de aula e, muitas vezes, como substituto do professor quando deveria ser mais um dos elementos de apoio ao trabalho docente. ...os conteúdos e métodos utilizados pelo professor em sala de aula estariam na dependência dos conteúdos e métodos propostos pelo livro didático adotado. Muitos fatores têm contribuído para que o livro didático tenha esse papel de protagonista na sala de aula. ... um livro que promete tudo pronto, tudo detalhado, bastando mandar o aluno abrir a página e fazer exercícios, é uma atração irresistível. O livro didático não é um mero instrumento como qualquer outro em sala de aula e também não está desaparecendo diante dos modernos meios de comunicação. O que se questiona é a sua qualidade. Claro que existem as exceções. (ROMANATTO, 1987, p. 85)

Nenhum livro pode ser considerado “completo” ou “perfeito”, pois sua utilização depende não apenas do conteúdo oferecido, mas também da mediação do professor e da metodologia utilizada na sala de aula, devendo ser complementado com outras ferramentas pedagógicas sempre que necessário. Sobre essa questão, Fregonezi (1997, p. 136) ressalta que “qualquer livro didático, de certa forma, está sempre incompleto, exigindo a interferência do aluno e do professor para completá-lo”, mas isso nem sempre acontece, salvo algumas experiências isoladas.

A mensagem veiculada nos livros didáticos, traz assuntos que retemem a uma certa liberdade por parte dos autores. Porém, no Brasil, os conteúdos abordados por estes recursos pedagógicos sofrem grande influência dos textos do Programa Nacional do Livro Didático e dos PCN, que trazem direcionamentos sobre o que cada manual deve conter para ser considerado “aprovado”. Tais textos trazem todo um embasamento cultural, justificados pela relação do livro didático aos currículos escolares e à realidade dos alunos.

Macedo (2004) afirma que a análise de “dispositivos culturais”, como o livro didático, deve levar em conta não só os “conteúdos” que deverão ser discutidos com os alunos, mas também o “lugar” dos sujeitos com os quais se dialogam. No caso do Livro Didático de Ciências, Macedo (2004) atenta para o fato de que a ciência se apresenta como universal ao explicar a mobilidade de seu conhecimento, mas também ao determinar o local de onde o aluno irá assimilar o processo de produção desse conhecimento.

Desta forma, ao analisar os livros didáticos como ferramenta de apoio pedagógico na sala de aula, não se pode ignorar o fato de que estes devem abranger a realidade dos alunos, com conteúdos presentes em seu

dia a dia. Diante desta premissa, alguns autores, através de sua visão, ao fazer a transposição dessa realidade ao texto, poderão expressar alguns de seus aspectos e, por sua vez, ignorar outros.

Diante desse pressuposto, dada a importância do livro didático como material de apoio pedagógico e a dificuldade em analisar tal material, é de suma importância que essa análise seja feita tanto em nível de conteúdos, quanto de objeto cultural, com base em parâmetros como o Programa Nacional do Livro Didático e os PCN, a fim de que o livro didático seja o mais próximo possível à realidade dos alunos, incitando discussões cada vez mais pertinentes e de relevância.

Ao longo dos últimos anos, o Ministério da Educação, através do PNLD/FNDE, vem trazendo grandes melhorias para os livros didáticos distribuídos em nossas escolas públicas, seja nos seus aspectos físicos, seja em seus aspectos pedagógicos. Porém, cabe aqui ressaltar que, apesar das grandes melhorias, alguns pontos negativos ainda existem. O quantitativo de livros enviado às escolas é relativo ao número de alunos, calculados pelo senso de dois anos anteriores, o que muitas vezes não corresponde a realidade dos anos de sua utilização. Dessa forma, por inúmeras vezes, nem todos os alunos possuem o livro didático, o que não deveria acontecer, já que ter o livro didático é um direito assegurado a todos os educandos.

##### **5. Considerações finais**

Ao longo desta pesquisa pudemos perceber que o livro didático é uma importante ferramenta educacional de apoio tanto a professores quanto aos alunos. Dada a sua relevância, justifica-se a ação do Ministério da Educação em promover um importante programa para a compra e aquisição, bem como mais tarde o controle da qualidade dos mesmos. Desta maneira, concluímos que é de grande importância entender o processo histórico pelo qual o livro didático permeia ao longo da história brasileira, a fim de conhecer e discutir sobre este importante material pedagógico, distribuídos em todo território Nacional, bem como discutir a utilização deste importante material de apoio pedagógico na sala de aula.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BATISTA, A. A. G. *Recomendações para uma política pública de livros*

didáticos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

\_\_\_\_\_; ROJO, R. (Orgs.). *Livro didático de língua portuguesa: letramento e cultura da escrita*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Plano decenal de educação para todos*. Brasília: MEC, 1993

\_\_\_\_\_. *Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos – 1ª a 4ª séries*. Brasília: FAE, 1994.

\_\_\_\_\_. *Guia do livro didático 2007: apresentação: séries/anos iniciais do ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

\_\_\_\_\_. FNDE. *Histórico*. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 7-01-2014.

CARNEIRO, M. H. S.; SANTOS, W. L. P.; MÓL, G. S. Livro didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida. *Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências*, vol. 7, n. 2, dez. 2005.

CHOPIN, A. História dos livros e das edições didáticas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 30, n. 3, p. 549-66, set./dez. 2004.

FREGONEZI, D. E. *Livro didático de língua portuguesa: liberdade ou opressão? O que quer o que pode esta língua?* São Paulo: FCL-UNESP, 1997.

FREITAG, B. et al. *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília: INEP/REDUC, 1987.

HOFLING, E. M. Notas para a discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação & Sociedade*, v. 21, n. 70, p. 159-70, abr. 2000.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*, Brasília, vol. 16, n. 69, jan./mar. 1996. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1033/935>>. Acesso em: 15-01-2014.

LEÃO, F. B. F.; NETTO, J. M. O que avaliam as avaliações de livros didáticos de ciências – 1ª à 4ª séries do Programa Nacional do Livro Didático? In: *Anais do IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM*

EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 2003.

MACEDO, E. A imagem da ciência: folheando um livro didático. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 103-29, abr. 2004.

MEGID NETO, J.; FRACALANZA, H. (Orgs.). *O livro didático de ciências no Brasil*. Campinas: Komedi, 2003.

MONTOVANI, K. P. *O programa nacional do livro didático – PNLD: impactos na qualidade do ensino público*. 2009. 126 p. Dissertação (Mestrado em geografia humana). – Faculdades de Filosofias, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROMANATTO, M. C. *A noção de número natural em livros didáticos de matemática: comparações entre textos tradicionais e modernos*. 1987. Dissertação (mestrado). – Universidade Federal de São Paulo, São Carlos.

TOLENTINO NETO, L. C. B. *O processo de escolha de livros didáticos de ciências por professores de 1ª a 4ª séries*. 2003. 90 p. Dissertação (mestrado em educação). – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), São Paulo.

OLIVEIRA, J. B. A.; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMÉNY, H. M. B. *A política do livro didático*. São Paulo: Sammus, 1984.